



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

CONSTRUINDO ESPERANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SÓCIOAMBIENTAIS
POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NOS TERRITÓRIOS MATO-
GROSSENSES.

Débora Eiriléia Pedrotti Mansilla¹

Michèle Tomoko Sato²

RESUMO

Nos cenários de degradação ambiental do Estado de Mato Grosso é necessário que se estabeleça diálogos entre as escolas comunidades e governo para a construção e implementação e avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Este artigo objetiva compreender os olhares dos Gestores dos Centros de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso sobre políticas públicas, ambiente e educação. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa e participativa. O artigo nos traz indícios que o caminho a ser trilhado à construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação.

Palavras Chave: educação ambiental, políticas públicas e participação.

ABSTRACT

In the scenarios of environmental degradation in the state of Mato Grosso is necessary to establish dialogue between schools and government communities for the construction and implementation and evaluation of Public Policies for Environmental Education. This article aims to understand the views of the Management of Training Centers for Professional Basic Education State Department of Education of Mato Grosso on public policy, environment and education. The methodology used is qualitative research and participatory. The article brings

¹ Mestre em Educação, desenvolvendo o Doutorado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT. Sua pesquisa consiste em avaliar as políticas públicas em educação ambiental no âmbito da educação escolarizada de Mato Grosso, [debora.pedrotti@gmail.com], telef.: 65 3615 8443 [www.ufmt.br/gpea].

² Líder GPEA, bolsista produtividade CNPq [michelesato@ufmt.br].

evidence that the way to go to the construction of Public Policies for Environmental Education in the spaces should be marked out of school for social participation, from the construction process (proposition) to be assessed.

Keywords: environmental education, government and participation.

1 – Iniciando o Diálogo nos cenários mato-grossenses...

Os cenários de degradação ambiental e social não são novos no Estado de Mato Grosso. Fragmentos da história apontam que a exploração do ambiente remonta desde o período colonial do Brasil. Até mesmo a idéia da criação da Capitania de Mato Grosso, em março de 1748, motivou-se, dentre outros fatores, pela descoberta de jazidas de ouro e diamantes na região (SIQUEIRA, 2002, p. 40).

Na época que remonta ao Império, esta Capitania se torna Província, em função da intensa navegação fluvial. Inúmeros produtos eram exportados para o mercado europeu. A matéria prima era exportada “in natura”. Por volta de 1790 se instala no Brasil a cultura cafeeira (Ouro Verde) e traz um intenso panorama de substituição da vegetação natural. Neste mesmo período se introduz no Estado a cultura da cana de açúcar, advinda do litoral do país, dando origem aos engenhos e usinas mato-grossenses.

Nas décadas de 30 a 70, quando do Movimento Marcha para o Oeste, mudanças drásticas incidiram na alteração da paisagem mato-grossense, ocasionando a explosão de um grande processo predatório.

Nas décadas seguintes, o panorama de degradação ambiental se intensifica resultando no surgimento de inúmeros impactos ambientais, que permanecem e são enfrentados pela população até os dias atuais (PEDROTTI & SATO, 2008, p.101).

Porém é nas décadas de 80 e 90 que temos uma maior extensão de áreas desmatadas. Dados revelam, com nitidez, o altíssimo índice de áreas naturais que foram alteradas e impactadas, até 1992. No entanto, um dado alarmante é que entre os anos de 1992 a 2003, a área desmatada no Estado corresponde a aproximadamente 76% (12.826,746 ha) da área total desmatada até 1992 (MULLER, 2006, p.66).

O cenário do uso indevido e indiscriminado do ambiente se acentua na atualidade com a liderança do Estado no ranking nacional de maior produtor de soja, com uma área plantada em torno de 5,68 milhões de hectares³, preocupante do ponto de vista ecológico, já que com o incremento da agricultura mundial “ecossistemas de todo o mundo têm sofrido significativas ameaças” (TOWNSEND et al, 2006, p. 478).

³ http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=16&op_page=294 acesso em 26/08/2009

Recentemente o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais⁴ – INPE registrou no primeiro trimestre de 2009, que MT foi o estado com mais áreas desmatadas, isso considerando somente a Amazônia. Este índice aumenta se a ele agregarmos os dados do desmatamento geral do Estado.

Embora esta pesquisa não responda aos dilemas socioambientais e nem se tem a visão utilitarista da “resolução de problemas”, é inegável que a educação ambiental carrega marcas de lutas fora das arenas científicas. Associada aos movimentos sociais, a vanguarda da educação ambiental é também liderança na academia. Por isso, esta pesquisa científica conjuga-se aos ideários políticos da mudança do mundo, pois a educação ambiental por nós desejada:

Configura-se como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações. Que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (SATO, 2003. p.4).

A transformação da sociedade passa pela Educação que busca garantir que os sujeitos atuem e escrevam suas Histórias modificando-as e sendo modificados por ela de forma a buscar alternativas para o nosso modo de vida e organização em sociedade (LOUREIRO, 2006, p.149). A dimensão política da Educação Ambiental (EA) nos possibilita trilhar pelos caminhos dos diálogos de saberes.

Mas como estabelecer esses diálogos entre a escola e a sociedade? Uma tática para oportunizar esses diálogos é a mobilização da sociedade civil junto a escola, proposição apresentada pelo Projeto de Educação Ambiental (PrEA) da Secretaria de Estado de Educação do MT, que reivindica a construção do Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC).

A intencionalidade dos PAEC é a de oportunizar espaços de participação democrática na busca da tessitura da construção coletiva, de forma a ampliar a relação dialética escola-sociedade. Os projetos são inscritos na intencionalidade de contribuir para o diálogo e a valorização dos conhecimentos das comunidades e escolas, compreendendo que nestes diálogos, possivelmente não tenhamos uma única verdade, mas um conjunto de saberes entrelaçados que se conjugam e são construídos em comunhão (SENRA, 2009, p. 94).

Os Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC) são uma provocação ao isolamento das escolas, que enclausuradas em suas verdades, projetaram um saber descontextualizado do cotidiano da comunidade escolar. Compreendemos que a escola não

⁴ http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1847 acesso em 09/06/2009

pode ser uma ilha isolada do continente em crise, e que ela necessita forjar meios para dialogar com os espaços fora de seus muros. Mas, a comunidade também necessita saber que ela não pode estar alheia aos processos educativos de seus filhos, e ambas, escola e comunidade, necessitam dialogar educativamente à construção de projetos ambientais, considerando que o dialogo verdadeiro abrirá possibilidades para aprendizagens mutuas.

O cenário escolar não é fácil. Rodriguez (2001) estuda a descentralização e autonomia da escola pelo viés do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e alia os números do financiamento com a política educacional. Sem se inscrever no discurso de que a técnica determina a política, isto é, que a escola deva ser tecnicista para que sua política avance, o artigo revela a desorganização quando o assunto é autonomia e descentralização por meio financeiro. Por outro lado, vale sublinhar que os pacotes pedagógicos chegam não apenas por parte do governo, mas também pelas universidades, organizações não governamentais (ONG) e demais instituições, “entupindo” a escola de ofertas, e na maioria das vezes, sem nenhuma ajuda financeira ou processo formativo de acompanhamento que promova a sustentabilidade das políticas locais

As possibilidades de melhorar a participação no controle público são também fortemente determinadas pelas condições gerais de atraso e autoritarismo que caracterizam a genealogia histórico-estrutural da sociedade brasileira. Os Conselhos do setor educacional são fortemente limitados por este contexto (RODRIGUEZ, 2001, p. 55).

Na busca pela amplitude da participação social, e da ampliação do diálogo entre governo e sociedade nas instâncias decisórias, é preciso operar uma mudança de foco da dimensão institucional para a dimensão política (participação) nos processos de construção de Políticas Públicas. Um exemplo desta mudança foi o processo de articulação do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), quando da discussão do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), proposto por duas Secretarias de Estado, de Planejamento [SEPLAN] e de Meio Ambiente [SEMA], o ZSEE/MT traz em seu bojo competente mapa ecológico e econômico.

O ZSEE fruto de um longo processo de estudos e planejamentos, permaneceu no papel durante quase 20 anos e tornou-se mais eloquente no início do debate das audiências públicas lideradas pela Assembléia Legislativa. Do ponto de vista ecológico e econômico, a consistência é excelente, todavia, a parte social carecia de dados e propostas mais locais, de acordo com a realidade e narrativas dos habitantes em diversas localidades. Para colaborar com o ZSEE, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso, assumiu a liderança em promover um seminário para traçar o mapa social do Estado. Em parceria com diversas instituições do GTMS, foram convidadas 250 lideranças de

diversos grupos sociais, que também discutiram as diretrizes sociais, melhorando o documento que compunha a parte social do ZSEE.

Entre as lideranças, contávamos com a participação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) que tem articulação política histórica no Estado. Parceria que foi fundamental nos debates e na publicação do caderno pedagógico ZSEE, que, “traduzindo” a linguagem muito técnica do documento territorial, foi amplamente divulgado e facilitou a compreensão da proposta por parte do grande público.

Exaltar a necessidade de participação e o controle social do segmento educação, essencialmente fundamental e médio, requer considerações diversas que estão além de criticar os professores por sua imobilidade. Transcendendo o legado histórico do autoritarismo, o momento de incertezas trouxe paralisia no cenário neoliberal do individualismo e competição. No bombardeio de inúmeras intervenções nas escolas, na maioria das vezes incipiente ao cenário biorregional, o professorado se fecha pela própria defesa e dificilmente acredita ser a mola propulsora de mudanças, ainda mais num momento onde ele é apontado como culpado de tudo.

Se no plano pedagógico o cenário é de incertezas, o que dirá de políticas estruturantes relacionadas com a dimensão ambiental. Movidas pelo imaginário do desenvolvimentismo, igualmente presente no autoritarismo neoliberal, as pessoas estão longe da ética biocêntrica que acolhe outras formas de vida para além da humana. Sem perceber a ligação intrínseca entre dilemas ambientais e exclusão social, a educação ambiental ainda é um desafio que carece constantemente de avaliação, revisão e inovação para que os cenários globais e locais consigam dialogar, tornando o ato pedagógico local de cada escola uma contribuição a toda sustentabilidade planetária.

Nossas inquietações frente ao cenário das Políticas de Educação Ambiental se somam a dos pesquisadores do GPEA/MT, que atuam nos territórios mato-grossenses por meio da pesquisa científica e envolvimento na luta do movimento ecológico. As buscas pela compreensão dessas inquietações são importantes no contexto da pesquisa, já que as respostas encontradas contribuirão na construção da proposição de uma guinada epistemo-praxiológica que garanta a educação ambiental nas escolas e comunidades do Mato Grosso, proposição da nossa tese: Porque os profissionais da educação e a sociedade em geral não participam ativamente da construção de Políticas Públicas? Há compreensão do que são Políticas Públicas? A dimensão ambiental esta presente no sistema de Ensino do MT?

2. Reflexões necessárias na busca pelo Caminho

Este artigo objetiva compreender os olhares sobre políticas públicas, ambiente e educação de 12 sujeitos que atuam frente aos Centros de Formação Continuada no território mato-grossense.

Como parte da tese de doutoramento que ora desenvolvemos cujo foco principal da pesquisa é a construção de um olhar crítico sobre as políticas públicas de educação ambiental no âmbito da educação escolarizada no Mato Grosso, a compreensão desses olhares irá contribuir para a proposição de uma guinada epistemo-praxiológica que garanta a educação ambiental nas escolas e comunidades dos territórios mato-grossenses.

Nesta construção muitas inquietações e hipóteses sobre a participação da sociedade nas políticas públicas, e a ampliação do diálogo entre comunidade, escola e governo nos acompanham: O que impede a nossa participação? Considerando a politicidade da Educação porque não vemos professores participando nos processos de construção das Políticas Públicas? Seria conformismo? Ou a perda da esperança em políticas democráticas? Que táticas podem levar ao estabelecimentos destes diálogos?

A sociedade brasileira passa por um momento de imobilidade coletiva, pois o projeto neoliberal incita o isolamento competitivo, tal fato é comprovado pela falta de participação da sociedade nos sindicatos, associações e instâncias coletivas.

Sobre a imobilidade social Dagnino (2004, p. 95,96) salienta que há uma confluência perversa imposta à sociedade, na última década, entre projetos políticos distintos envolvidos no processo da construção democrática brasileira. De um lado está o projeto que teve origem na luta empreendida contra a ditadura militar e concretizada com a Constituição de 1988, com princípio na participação da sociedade nas instâncias decisórias e o compartilhamento do poder do Estado com a sociedade.

O outro projeto se configura no processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal e traz em seu bojo a manifestação de um projeto de Estado mínimo, se caracteriza pela isenção do papel do Estado garantidor de direitos, por meio da diminuição das suas responsabilidades sociais transferindo-as, mesmo que sutilmente para a sociedade civil.

Em Mato Grosso, a presença do projeto neoliberal é marcante. Analisando documentos e políticas produzidos pelo governo estadual no período histórico de 2003 a 2008 sobre o meio ambiente, verificamos que a maioria deles se sustenta na idéia de um Desenvolvimento Sustentável que no contexto, nada mais é do que o velho capitalismo, que

maquiado, e travestido encontra espaço e oportunidade inclusive “oficiais” (leis) para se estabelecer na sociedade (SATO, 2005, p.03).

Há, de forma geral, na sociedade um desconhecimento sobre o que seja política; ou ainda, quando se compreendem as políticas públicas, as mesmas são percebidas como programas, projetos e ação governamental, ligadas às questões partidárias. Esta pesquisa é permeada pelo conceito de Políticas Públicas como o “conjunto de ações, planejamento e, sobremaneira, presença de vários segmentos sociais e não meramente governos” (PEDROTTI & SATO, 2008, p.108).

Clama-se para que o controle social participativo reme contra o imobilismo, mas não há clareza de que maneira promove-se a participação. Compreendemos a participação como sendo aquela que acontece por meio da sensibilização, mobilização e conhecimento, no qual o sujeito mergulha na realidade da sua comunidade. Esta imersão o fortalece como sujeito de sua própria história, capaz de pensar e agir com vistas à transformação da realidade a qual pertence (ESTRADA, 2006, p.19).

O princípio da participação articula-se na vivência cotidiana onde imprime sentido e significado a um grupo social, com vistas a construir o protagonismo deste grupo frente a sua própria história, ampliando a “consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva” (GOHN 2005, p.30).

Outras hipóteses nos acompanham para as quais procuramos respostas que nos ajudarão a responder aos objetivos propostos neste artigo e em nossa tese: Quando a política pública é construída somente pelos governantes, dificilmente haverá participação popular? A coautoria assegura implementação da política? A política de Educação Ambiental da SEDUC MT não se sustenta porque não foi construída de forma democrática? Como nossa pesquisa poderá contribuir na mudança do cenário da implementação da educação ambiental no Estado de MT?

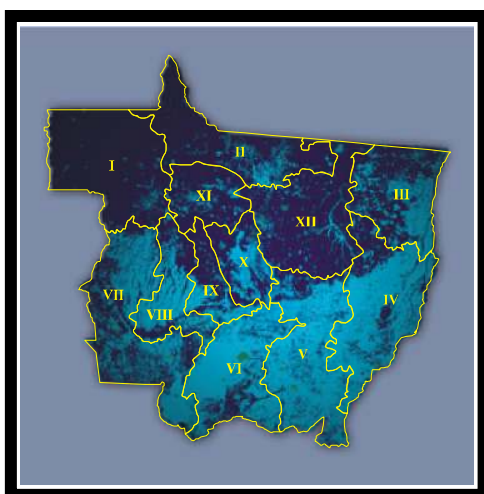
3. Delineando o Caminho

Optamos trilhar o caminho por meio da pesquisa qualitativa e participativa que se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Tal metodologia demanda “na mesma pessoa o pesquisador formalmente competente e o cidadão politicamente qualitativo” (DEMO, 2007, p.239), o que possibilita a união entre teoria e prática.

A identificação dos autores com o que vem sendo investigado é fundante nas metodologias participantes onde pesquisador e os pesquisados se identificam como objetos e sujeitos sociais (DEMO, 1984, p. 115). Esta junção se evidenciou no caminhar da pesquisa, onde nós e os entrevistados nos tornamos sujeitos de um trabalho comum, embora com diferentes papéis; neste desenho a pesquisa participante se configura como um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 1982, p.11).

Para a investigação, utilizamos da observação participante no decorrer do processo. Tal técnica foi essencial no sentido da interação com o universo pesquisado e do estabelecimento de uma relação de confiança, o que nos favoreceu neste processo é o fato de uma das autoras exercer suas funções profissionais na SEDUC/MT, e as duas participaram do processo de construção do Projeto de Educação Ambiental, e até mesmo da tentativa de implementação do mesmo no sistema educativo. (THIOLLENT, 2004, p. 15)

O Universo dos entrevistados compõe um total de 12 Diretores dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), a escolha destes sujeitos ocorreu em virtude de que estes Centros se localizam nas cidades pólos das 12 Regiões de Planejamento do ZSEE/MT (Mapa 01), onde inicialmente se configurou o Projeto de Educação Ambiental. Outro fato é que os sujeitos residem e trabalham nas distintas Regiões de Planejamento, e fato mais contundente é que os entrevistados são responsáveis pela implementação das Políticas Educacionais do Estado, inclusive a Política de Educação Ambiental.



Legenda:

- Região I- JUÍNA
- Região II- ALTA FLORESTA
- Região III- VILA RICA
- Região IV- BARRA DO GARÇAS
- Região V- RONDONÓPOLIS
- Região VI- CUIABÁ
- Região VII- CÁCERES
- Região VIII- TANGARÁ DA SERRA
- Região IX- DIAMANTINO
- Região X- SORRISO
- Região XI – JUARA
- Região XII - SINOP

Mapa 01 – Regiões de Planejamento⁵

⁵ Fonte: SEPLAN MT

Os entrevistados têm a sua formação profissional nas diversas áreas do conhecimento (Pedagogia, História, Língua Portuguesa e dentre outras), no entanto a grande maioria é formada em pedagogia, habilitação exigida para o cargo que ocupam.

As entrevistas com os gestores ocorreram somente no mês de outubro/2008 e abril/2009, após a finalização da implementação do Projeto, de forma a não incorrerem no erro de avaliarmos uma Política que não havia sido implementada. A Política de Educação Ambiental escolarizada tem início em 2005 e finaliza em 2007. Entretanto é oportuno considerar que o nosso convívio com este grupo ocorreu por diversas vezes ao longo dos anos em que exercemos as atividades junto a SEDUC-MT.

A técnica utilizada para coleta de dados junto aos participantes da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, com objetivos claros e definidos, foi o momento no qual conseguimos estabelecer um diálogo direto com os professores, formalizando assim um diálogo aberto (NOGUEIRA, 1973, p. 111). A opção por esta técnica nos fez apresentar a todos os entrevistados a mesma seleção de perguntas abertas já que estas proporcionam uma ampla variedade de respostas e foram respondidas livremente pelos professores.

Num total de 07 questões, indagamos: 1) Qual a importância da Educação?; 2) Como o CEFAPRO auxilia a Educação?; 3) O que é ambiente? 4) Como aliar ambiente e educação?; 5) Como o CEFAPRO contribui para isso?; 6) Podemos chamar o que o CEFAPRO faz de cidadania? Por quê?; 7) O que define uma Política Pública? Como você avalia as Políticas da SEDUC MT? E as Políticas de Educação Ambiental?

Concebendo que a participação é imperativa para a construção das Políticas Públicas, e na busca por caminhos para avaliarmos a Política de Educação Ambiental da SEDUC MT o fazemos por meio da pesquisa participante em função da sua configuração, já que as transformações sociais necessitam que os sujeitos tenham acesso aos conhecimentos produzidos pelas pesquisas de forma a participar politicamente na busca pela sustentabilidade socioambiental.

4. Tessituras Necessárias ao Caminhar...

4.1 Olhares dos professores frente aos Caminhos necessários a Construção das Políticas Públicas

Participar ativamente das Políticas de Planejamento Ambiental é necessário para que possamos compreender as realidades sócio-ecológicas dos territórios mato-grossenses. Mas a abertura ao diálogo e a participação da sociedade junto as Políticas Publicas ainda é um tabu na sociedade contemporânea.

A participação da sociedade na construção das políticas, é fundamental porque implica no que Faria (2003 in PEDROTTI & SATO 2008 p.98) chama de compromisso de assinatura, a mudança de foco para a dimensão política que caracterizamos como a participação social permitiria uma atuação direta e sustentável dos sujeitos na dimensão institucional que é o processo de construção das Políticas Públicas.

Considerando a participação social nas Políticas Públicas e a diversidade sócio cultural brasileira, evidenciamos que há diferentes tipos de cultura de participação nas políticas. Na busca por compreender os olhares dos sujeitos frente as políticas públicas, neste artigo nos basearemos na contribuição Frey (2000, p. 237) que considera a existência de três tipos de culturas políticas envolvidas à construção de políticas públicas: a cultura paroquial (sem visão política sistêmica de baixo para cima); a cultura de súditos (com os cidadãos aguardando passivamente pelos resultados) e a cultura de participação, que interfere de forma ativa nos acontecimentos políticos.

Os olhares dos entrevistados coadunam com a proposição de Frey (2000) já que vem ao encontro com as três culturas citadas no parágrafo anterior: o primeiro grupo, aproximadamente 16,66 % dos entrevistados, coaduna com a cultura paroquial, trazendo em seus relatos a idéia de que a sociedade é mera beneficiária das Políticas Públicas, concebendo-as como pública, por estar a serviço da coletividade no sentido de isonomia da sociedade. Não há diferença no olhar deste grupo entre Política de Estado e de Governo, conforme verificamos na transcrição da entrevista de um dos sujeitos que compõem o grupo: *“Pra mim é tudo igual política pública e de governo. Não consigo ver diferença”*.

A Cultura dos Súditos se evidencia em 25 % das respostas. Os entrevistados compreendem que as Políticas passam a ter o caráter público quando a sociedade vê a necessidade da sua prática ou implementação. Neste caso, acenam positivamente para o cumprimento da política porque beneficia a todos. No entendimento que a implementação da política levaria a uma melhor organização da sociedade, assim deixam de ser política de governo e se tornam políticas de Estado, conforme fala do Gestor 11: *“As Políticas Públicas voltadas ao trabalho da Educação estão contempladas nos vários programas e projetos do Governo.”*.

Mas este grupo não considera, nas suas respostas, a importância da participação social na elaboração e discussão das Políticas Públicas. Mas demonstram que existe diferença entre Políticas de Estado e de Governo, já que atuam na rede de ensino há mais de 10 anos e relatam que assim que mudam-se os governos chegam novos programas e projetos nas

escolas. Assim os professores não têm a garantia da continuidade do projeto, mesmo estes apresentando resultados satisfatórios para o processo de ensino-aprendizagem, conforme a seguinte transcrição do Gestor 03: *“Há uma descontinuidade enorme de Políticas Públicas, mas acho que são as de Governo que falo agora. Há diferença entre Política de Governo e Política de Estado”*.

As diferenças entre Políticas de Governo e de Estado se estabelecem desde a concepção dos termos Governo e Estado. Os governos são transitórios e se configuram por meio de uma orientação política num determinado espaço e território, já o Estado é o conjunto de Instituições permanentes que formam um bloco que facilitam as ações do governo (HOFLING, 2001, p. 31). É necessário a construção de Políticas de Estado no sentido de garantir a continuidade das Políticas Públicas, que mesmo após o fim de governos se sustenta já que não são ações pontuais e sim programas e projetos pensados a longo prazo por meio da participação democrática.

Aproximadamente 58,34% dos entrevistados integram por meio de suas respostas a Cultura de Participação, conforme relato: *“Políticas Públicas é de todos, não só minha, mas construída, formulada junto à sociedade, de verdade, com participação cidadã”*. Consideram que a Política Pública sai da dimensão individual e se torna coletiva, quando a mesma supera a dimensão governo/partido. E passa a ser construída pela sociedade, que por sua vez deve participar ativamente do processo de construção.

Este grupo percebe que há poucas Políticas Públicas no Estado, considerando que elas rompem com a dualidade governo/Estado.

Citam o Plano Estadual de Educação como sendo a primeira tentativa de uma Política de Estado. É um plano decenal, onde houve grande mobilização e participação do setor da educação desde o processo de discussão e construção, que se deu por meio de um texto base, que foi discutido junto as unidades escolares do Estado, Conferência Estadual e em inúmeras Audiências Públicas.

Os entrevistados ponderam sobre a importância de uma maior abertura a participação nas políticas, criticam a insuficiência dos espaços democráticos e clamam pela ampliação das discussões junto coletividade.

A mudança do foco para a dimensão política (participação) no processo de construção das políticas públicas é importante no processo de compreensão da descontinuidade das Políticas. Se as políticas não forem democraticamente construídas, com a participação da sociedade civil, elas não se sustentam. Já que os sujeitos negam a sua

participação por meio do imobilismo. Considerando que habitualmente a discussão sobre as políticas abarca a dimensão somente formal (obrigatória) na promoção do debate com a sociedade. Nos processos ditos “participativos” convocados pelo governo, a proposição política geralmente se apresenta revestida com o projeto neoliberal, e convoca-se a população somente para dar um contorno democrático à proposta governamental. Assim a imobilidade se explica no sentido de que a sociedade tem uma concepção de mundo diferente do que a estabelecida na proposta governamental, e a coexistência das concepções não deixam que a sociedade se reconheça co-autora de tais políticas.

A falta dessa identidade leva ao imobilismo, pois como os professores já se sentem excluídos, tem a convicção que continuarão a ser excluídos no futuro e assim se negam a referendar tais propostas. Mesmo reconhecendo a importância da participação nas Políticas Públicas, entendemos que “este degrau da escada continua sendo uma vergonha na medida em que não oferece nenhuma garantia de que as preocupações e idéias dos cidadãos serão levadas em consideração” (ARNSTEIN, 2002, p.09).

O desenvolvimento da cultura democrática acontece por meio das ações coletivas que pensam a sociedade, as pessoas, os limites da ordem política e pública do Estado (CARDOSO NETO, 2009, p.8). A participação junto aos processos de construção de políticas públicas leva os sujeitos a refletirem sob que enfoque as proposições políticas estão baseadas, no projeto participativo democratizante, que luta pela diminuição da exclusão social, ou ao projeto neoliberal que imprime cada vez mais na sociedade mecanismos e situações de exclusão social.

Tal reflexão não é simples desde que ambos os projetos apelam para a participação popular, no entanto com lógicas diferentes. Esta dualidade leva os setores da sociedade civil a questionarem a participação frente às Políticas, afinal a participação acaba não mais garantindo o fortalecimento do projeto democrático, ao qual buscam fortalecer (DAGNINO, 2004, p 97 e98).

Neste sentido não seria conformismo da sociedade se ausentar das discussões, mas sim a perda da esperança em políticas realmente públicas e participativas, onde se identifiquem como sujeitos de direito e não só de deveres. Porém mesmo em cenários de incerteza a busca pela participação é imprescindível, já que “aprendemos em tempos de ditadura que somos capazes de protagonizar a história que queremos construir” (JACOBI, 2002, p.12), avançando assim na construção da autonomia necessária para transformar a

realidade fortalecendo desta forma os processos democráticos no país de forma a romper a cultura política dominante

Ao serem questionados sobre como avaliavam as Políticas de EA da SEDUC MT, 75% dos entrevistados alegou o desconhecimento da Política Ambiental. Este panorama de desconhecimento é inquietante, considerando que esses gestores estão à frente do Trabalho com os Centros de Formação, que disseminam as Políticas Educacionais do Estado.

Porém é importante ressaltar que o desconhecimento desta Política específica tem a ver com o que consideramos anteriormente. O Projeto de Educação Ambiental da SEDUC MT não foi construído em base democrática, o que faz dele um pacote governamental, embora seja correto salientar que o mesmo foi concebido após a realização de um diagnóstico sobre a Educação ambiental realizado na rede estadual de ensino. Outro fato que possa explicar o desconhecimento pode ser a inadequação das táticas utilizadas na sua implementação. De qualquer forma os professores da rede não se identificam com ele, ao contrário, o negam por ser uma proposta governamental.

Somente 25% dos entrevistados, relataram que conheciam a Política de EA e as suas táticas para a implementação nos currículos escolares, conforme exemplo de uma das entrevistas, transcrição abaixo:

Sobre as políticas de EA, conheço o PrEA e COM VIDA, participei de várias formações, no entanto nas escolas temos muitos problemas, mas o pior é a descontinuidade de ações de apoio ao professor e ao gestor, acho que a SEDUC deveria continuar com as ações de formação em EA, pois pra mim foram muito importantes, mas nem todos tiveram acesso (Gestor 03).

A avaliação positiva do grupo sobre a participação nas ações advindas das Políticas de EA no contexto estadual e nacional contribuiu para a sensibilização dos mesmos à dimensão ambiental na educação, quanto para o entendimento da importância da participação dos mesmos nas lutas empreendidas pelo movimento ecológico do MT.

Outro ponto importante que buscamos compreender neste artigo é como os gestores concebem aliar educação e o ambiente. Nas diversas respostas aproximadamente 40% dos entrevistados sustentam que esta não é uma tarefa fácil, ao contrário a julgam muito difícil, conforme verificamos na fala de um dos entrevistados: *“Acho muito complicado, já que a complexidade ambiental não se constrói com uma educação esfacelada em disciplina. Complicado porque envolve pessoas diferentes, e isso gera conflitos”* (Gestor 8).

A EA se baliza num paradigma nada tradicional o que contrária a lógica cartesiana que ainda hoje sustenta o trabalho da escola, esta lógica é percebida claramente pelos gestores. Outro fato são as mudanças trazidas pela EA no campo da transversalidade e da interdisciplinaridade, que não podemos negar requerem um grande e sólido conhecimento

sobre as disciplinas, e a articulação das mesmas no sentido de compartilhar as suas problemáticas por meio da diversidade de seus domínios (NOAL, 2001, p.375; TRISTÃO, 2004, p.64).

Se considerarmos a fragmentação curricular, a deficiente formação de professores e os problemas inerentes ao cotidiano escolar, inclusive na dimensão das relações interpessoais, a inserção da dimensão ambiental no sistema de ensino deve ser pensada com um olhar complexo considerando todas as variáveis existentes. Porém estas variáveis impeditivas ganham destaque e soluções se a proposta for construída junto aos professores que atuam nos diversos territórios mato-grossenses. Contribuindo desta forma para a construção de uma coerência dialógica com escola e comunidade de forma buscar a proposições conjuntas na busca por soluções.

Tal afirmação encontra força quando percebemos que aproximadamente 30% dos entrevistados discorrem que a inserção da dimensão ambiental na escola é imprescindível: *“Esta é a chave, o papel da escola é de orientar e auxiliar o aluno na consciência ambiental, a escola tem que problematizar”* (Gestor 02). O papel da escola é o de construir junto à comunidade escolar, as táticas que possibilitem a sensibilização necessária para conservarmos a nossa herança cultural, natural e econômica, a fim de buscarmos a sustentabilidade local, que contribui para a sustentabilidade global (TRISTÃO, 2004, p. 66).

Mas este grupo salienta que há impeditivos para que a dimensão ambiental se estabeleça no currículo escolar. Um desses empecilhos seria poder econômico conforme relata o Gestor 06: *“Pelo interesse econômico, as pessoas modificam o ambiente por conta da ganância, do dinheiro mesmo. O ambiente deveria ser mantido, mas infelizmente “saco do interesse não tem fundo”*. Considera que este mesmo poder econômico não tem interesse que a dimensão ambiental se estabeleça nem na Escola, tampouco na sociedade.

A inserção da dimensão política da educação ambiental nas escolas certamente iria contribuir para a abertura de momentos reflexivos onde por meio das discussões a comunidade escolar seria sensibilizada sobre assuntos como a insustentabilidade dos padrões de consumo da sociedade contemporânea, a utilização de grandes áreas naturais em detrimento do lucro de poucos, e a exaustão dos recursos naturais frente aos problemas ocasionados pelo projeto neoliberal.

A Superação da concepção dualista entre ambiente e natureza é a forma citada por 30% dos entrevistados para aliar educação e ambiente. Justificam que a tendência das ações na escola e na sociedade é a de reforçar o dualismo, conforme fala do Gestor 05 *“Quando*

rompermos com esta dualidade que te falei, vamos estar inserido numa nova dimensão. Mas a tendência da escola é a de reforçar estes discursos”.

Romper o dualismo certamente ajudará a escola a identificar a realidade a qual está inserida. Trazendo ao bojo das discussões não somente a concepção de ambiente como natureza, mas ampliando as reflexões em torno da complexidade ambiental, trabalhando com inúmeras concepções de ambiente inseridas no bojo da comunidade escolar. Assim as escolas e comunidades protagonizariam os projetos ambientais por se identificarem com eles construindo por meio desse movimento, os sonhos coletivos na busca de um planeta de todos (SANTOS et al, 2009, p. 17).

Não há neutralidade na escola, e os diálogos mantidos com estes professores nos asseguram isso com veemência. A escola se revela reprodutora da sociedade, refletindo isso nas relações diárias entre as pessoas as quais a freqüentam (FREIRE, 1987, p.59). Os olhares dos professores se tornaram reveladores, sobre a existência dos projetos antagônicos que estão instalados na sociedade e também na dimensão educacional (GUIMARAES, 2000, p. 20). O olhar dos professores por vezes ingênuo se politiza ao longo do caminho dialógico, que inclui provocações, e mostra que a politicidade é inerente ao processo educativo.

Um exemplo de Política Pública estruturante relacionada com a dimensão ambiental é trazido neste artigo por meio do processo de discussão do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), que foi mediada junto às organizações sociais por meio da articulação do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS).

O Zoneamento é um instrumento técnico e político direcionado ao ordenamento do espaço geográfico do Estado e ao disciplinamento do uso de seus recursos naturais. Traz o caráter social aliado ao mapa ambiental do Estado, embora inicialmente as comunidades biorregionais não se identificassem com ele⁶, após a realização do Seminário onde as propostas sociais do ZSEE/MT foram construídas por meio do GTMS pela sociedade civil, que promoveu curso, publicou um caderno pedagógico e mobilizou as diversas ações coletivas que rumassem aos processos democráticos de construção de Políticas Públicas, mudando o foco da dimensão Institucional para a dimensão política (participação). Não há indícios de que os governantes e os deputados consigam dar audiência as vozes dos representantes do GTMS.

⁶ OLIVEIRA, H. H. Org. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Mato Grosso**. Caderno Pedagógico. 2009 32p.

Nas Audiências Públicas as discussões entre a sociedade civil e o setor do agronegócio foram permeadas de hostilidades. O setor produtivo, detentores do poder econômico, conseguiram levar inúmeros representantes deste setor as Audiências Públicas. Já a sociedade civil organizada por meio do Grupo de Trabalho dos Movimentos Sociais (GTMS), se fez presente, embora com um número menor de pessoas, no entanto extremamente corajoso, contribuindo assim para não deixar que as discussões do Zoneamento se pautassem somente no ponto de vista econômico.

Assim posto, parece que o trabalho do GTMS foi de Sísifo, isto é, uma lendária figura da mitologia grega que representa uma árdua tarefa de empurrar rochas ao pico da montanha de forma inútil, já que lá no alto, ela rolaria morro abaixo pela ação da gravidade. Quando se analisa somente o produto distanciado dos processos de construção, muitas vezes podemos perceber que não houve vitória. Entretanto, o GTMS ganhou força, mobilidade e essencialmente, união entre as diversas organizações que construíram momentos de lutas com táticas participativas. Foi uma ação concreta contra o conformismo, para que o instituído se transformasse pela luta dos instituintes. Para que as políticas públicas não fossem percebidas como ação governamental, mas essencialmente que a sociedade civil engajada é também autora das propostas que constituem as políticas socioambientais.

Nos cenários mato-grossenses a implementação da educação ambiental, embora emergente na sua dimensão política e transformadora, não é tarefa fácil, considerando a complexidade socioambiental dos seus territórios. A experiência contemplada por nós no processo de discussão do ZSEE/MT mostra que diversas nuances são necessárias a construção de uma Política Pública que realmente contemple a heterogeneidade dos territórios e povos mato-grossenses.

Porém um elemento estruturante para esta construção é a abertura a participação popular, no sentido de contemplarmos o olhar complexo e real dos sujeitos que habitam os diferentes territórios deste Estado.

Nesta busca é imprescindível promovermos nas escolas e por meio delas junto às comunidades, discussões sobre o mapa social e ambiental do Estado contidas no ZSEE/MT. Neste sentido o Zoneamento torna-se um instrumento importante para as escolas de Mato Grosso construir junto as suas comunidades conhecimentos que busquem a sustentabilidade local, por meio dos diálogos de saberes desta construção escola e comunidade atuam frente ao destino da sociedade e seus territórios.

5. Considerações finais

Repensar a construção de Políticas Públicas é tarefa que deve ser empreendida pela coletividade. É essencial a procura por processos participativos para que a dimensão política aflore na busca pelas mudanças necessárias, no entanto é fundante garantir a participação dos segmentos sociais mais fragilizados no processo de negociação e/ou no de movimentos contra hegemônicos (GUIMARÃES, 2003, p.47) no sentido de possibilitarmos uma nova identidade de participação.

Frente às discussões trazidas neste artigo, refletimos que o caminho a ser trilhado à construção de Políticas de Educação Ambiental nos espaços escolarizados deve ser balizado pela participação social, desde o seu processo de construção (proposição inicial) até a sua avaliação. Esta participação irá conferir a Política Pública diferentes nuances socioambientais do território matogrossense, não na sua compreensão macro, mas com o olhar voltado para as especificidades locais (comunidades) o que torna as ações significativas para as comunidades, tornando-as co-autoras desta Política.

É necessário um fecundo processo de diálogo entre a sociedade, governo e escolas, de forma a darmos a tônica da práxis pedagógica ao processo educativo, onde se abrirá uma maior possibilidade e desejo de diálogos a participação de idéias plurais, situação a qual é fundamental para uma reflexão para uma Terra com mais responsabilidade ecológica (SATO & PASSOS, 2002 p. 01). Pois quando a população se sensibiliza e entende os propósitos políticos aos quais é convidada a participar se torna protagonista da realidade a qual tem clareza que quer e necessita transformar.

Há que se registrar aqui que mesmo com a pequena participação de professores engajados com o compromisso político do debate sobre o ZSEE/MT, a líder do movimento que deu origem ao processo de criação e mobilização do GTMS foi uma professora universitária. Neste sentido reforçamos que o espaço escolarizado é fundamental no engajamento político que desenha a utopia de MT.

Aliar a dimensão pedagógica e a ecológica em uma Política que revele a beleza e o colorido do povo e dos territórios mato-grossenses é imprescindível para a inserção de uma educação ambiental crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BRANDÃO. C. R. **Pesquisar - Participar**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO NETO, O. Fe. **O Sentido Da Democracia, O Projeto Da Autonomia e a Imaginação Criadora.** UFMT in [http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt6/Poster/Odorico Ferreira Cardoso Neto 59](http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt6/Poster/OdoricoFerreiraCardosoNeto59)>. Acesso em 03/08/2009.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DEMO, P. **Elementos metodológicos da pesquisa participante** In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 252 p.

DEMO, P. **Metodologia Científica em ciências sociais.** 3 ed. rev. e ampl – 11 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007. 293 p.

ESTRADA, N. R. de A. N. **Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Psicologia, 2006.

GUIMARÃES, M. **Educadores ambientais na perspectiva crítica:** Reflexões em Xerém. Campinas: 2003, 168p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRJ.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental:** No consenso um embate? Campinas SP: Papirus, 2000.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo, Cortez, 2005. 113p.

HÖFLING, Eloísa. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, n.55, p. 30-41, 2001.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e políticas públicas, n.21, jun, p.211-259, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1987, Paz e Terra. São Paulo.

JACOBI, P. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina.** Ciência & Saúde Coletiva. vol.7 no.3 São Paulo 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Complexidade E Dialética:** Contribuições À Práxis Política E Emancipatória Em Educação Ambiental Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006 149 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>acesso em 05/06/2009

MATO GROSSO. Projeto de Lei da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso. Disponível em <http://www.al.mt.gov.br/V2008/Raiz%20Estrutura/Zoneamento/Mensagem%20do%20>

Projeto%20de%20Lei%20do%20ZSEE .pdf, acesso em 20/07/2009.

MULLER, Frederico Guilherme Moura. **Rodovia Cuiabá–Santarém, BR – 163, desmatamento atual e futuro: uma questão de monitoramento e controle** . Dissertação de Mestrado. UFMT. 2006. 207p.

NOAL, F. O. **Ciência e Interdisciplinaridade: Interfaces com a Educação Ambiental** In SANTOS, J. E. ; SATO, M. A Contribuição da Educação Ambiental a Esperança de Pandora. São Carlos: RIMA, 2001. 604 (Coord.). Educação: tendências e desafios de um Campo em Movimento. Brasília: UnB, ANPEd Centro-Oeste, 2008 157 p.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434 p.

PEDROTTI, D.; SATO, M. **Políticas públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos**. In SANTOS, Gilberto (Coord.). Educação: tendências e desafios de um Campo em Movimento. Brasília: UnB, ANPEd Centro-Oeste, 2008 157 p.

RODRIGUEZ, V. Financiamento da educação e políticas públicas. O Fundef e a política de descentralização. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n55, Nov, 2001, p. 42-57.

SANTOS, J. E. dos; SATO, M.; ZANIN, E. M.; MOSCHINI, L. E. **O Cenário da pesquisa no diálogo Ecológico Educativo**. São Carlos: RIMA, 2009. 126p.

SATO, Michèle. **Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável**. In **XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental: Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável**. Anais. Lisboa: ASPEA, 2005, 5p. [conferência].

SATO, M. **Resenhando esperanças por um Brasil Sustentável e Democrático** [resenha]. In: Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.12, n.22, 189-197, 2003. Disponível em http://www.ufmt.br/gpea/pub/res_brsd_mi.pdf Acesso em 01/08/2009.

SATO, M; PASSOS, L. A. **Versos e reversos da diversidade**. In: Simpósio Sul Brasileiro De Educação Ambiental & II Simpósio Gaúcho De Educação Ambiental, Anais... (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

SENRA, R. E. F. **Por Uma Contrapedagogia Libertadora no ambiente do Quilombo Mata Caval**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá UFMT/IE. 2009.137 p.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. 13. Ed. São Paulo: Cortez. 2004

TRISTÃO, M. **A Educação Ambiental na formação de professores rede de saberes**. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004..

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia**. Tradução de Gilson Rudinei Pires Moreira et al 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.